



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 98 - 1ª QUINZENA DE OUTUBRO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

**Fora com os patrões da
campanha contra o desemprego!
Unidade das massas
contra o governo e os capitalistas!**

**Organizar a luta contra
a ofensiva na educação**

**60 anos do POR boliviano
A luta dos explorados
contra o governo e o imperialismo**

**Em defesa da
Revolução Russa de Outubro**

Crise nos estados aumenta divisão interburguesa

As reformas neoliberais do governo ficaram praticamente paralisadas no Congresso nos meses de agosto e setembro. O obstáculo tem sido a resistência dos governadores e das bancadas dos estados às reformas fiscal e tributária. Enquanto o governo federal pretende centralizar a arrecadação e cortar orçamentos, os estados mostram-se praticamente falidos, com dívidas que consomem até 100% do orçamento anual só em juros ou com orçamentos que mal dão para cobrir a folha de pagamentos. Os governos estaduais reivindicam que o governo renegocie e facilite o pagamento das dívidas. Mas o governo federal, sob pressão do imperialismo, pretende o oposto: o corte de ajuda aos estados, para viabilizar a manutenção do parasitismo financeiro, que se dá pelas dívidas externa e interna.

Ao mesmo tempo, prosseguem os choques entre as oligarquias nordestina e paulista ao redor dos rumos do plano econômico e do processo de privatizações. Enquanto a burguesia paulista chantageia o Banco Central com a ameaça de CPI, para que se baixem os juros e impostos, a oligarquia nordestina bloqueia a privatização da Vale do Rio Doce. As reivindicações das duas frentes oligárquicas levam a mais sangria do orçamento federal e, consequentemente, maior déficit público. O governo, sob pressão do imperialismo, não pode atendê-las plenamente. Mas depende do apoio desses setores para dar continuidade às reformas no Congresso e para manter a governabilidade. A negociação de cortes no orçamento numa si-

tuação de choques torna-se mais complicada.

A reunião do governo federal com os governadores tinha o objetivo de estabelecer um pacto pelas reformas no Congresso, enquanto as disputas se negociariam à margem. Os governadores impuseram a condição de que o ministro da Fazenda Pedro Malan não participasse do encontro. A restrição a Malan é a resistência ao corte de orçamentos, pretendido pelo ministro que expressa mais claramente a política ditada pelo FMI.

A realização da reunião sem o ministro e a aceitação pelo governo das condições dos governadores levou a um acordo que não dinamiza as reformas no Congresso. Os governadores aceitaram apenas aprovar o Fundo Social de Emergência (FSE), com a condição de excluir do fundo o corte de verbas aos estados e municípios. Com isso, deram ao governo mais um ano de autorização para desviar verbas de saúde, educação e moradia para cobrir rombos no caixa, causados pelo sustento do parasitismo financeiro. Mas impuseram que isso não implicasse em mexer nas verbas de estados e municípios. Comprometeram-se apenas em convocar suas bancadas a aprovarem o FSE no Congresso. O governador petista Buaiz colocou-se à disposição do governo para mediar a negociação entre governo e bancada do PT para a aprovação do FSE. A aceitação de negociar a manutenção do Fundo que garante o pagamento das dívidas mostra a submissão do PT às imposições do imperialismo, e como esse partido tem se esforçado para se colocar como um partido aceitável à burguesia.

Com esse pacto, nada indica que as reformas fiscal e tributária prosseguirão tão cedo no parlamento. Tudo indica que Sarney conseguirá atrasar a votação delas para 1996.

A crise interburguesa só não avança mais pela falta de uma ofensiva geral do movimento operário e popular. Apesar das lutas dispersas, com greves, ocupações e mobilizações, as direções sindicais mantêm o isolamento desses movimentos e evita que se choquem abertamente com o governo e o plano econômico. Ao mesmo tempo, procuram arrastar os trabalhadores para a política de colaboração de classes, juntando-se aos patrões da FIESP, PNBE etc. para pressionar o governo e o Congresso por uma política de juros menores e

menos impostos. A crise interburguesa não avança mais pela contenção dos movimentos imposta pela burocracia sindical.

A crise interburguesa não tem como ser solucionada. A aplicação do plano neoliberal ditado pelo imperialismo só pode levar à destruição de uma parcela das forças produtivas em benefício das multinacionais e do capital financeiro internacional. A luta intestina entre os bandos capitalistas deixará inevitavelmente uma parte deles quebrados. A luta entre as frações burguesas é uma luta para destinar à falência umas às outras. E mesmo depois da quebradeira, não cessará a crise econômica nem a política, como mostram os países que foram mais a fundo na aplicação do neoliberalismo. O problema se concentra na incapacidade do sistema capitalista em dar condições para as forças produtivas se desenvolverem plenamente, transformando o potencial produtivo em mercadorias consumíveis pelo mercado. A tendência geral é de agravamento da crise, porque a concentração cada vez maior de mercados e capitais, que é usada pelo imperialismo como válvula de escape da crise de superprodução, leva a uma contradição cada vez maior entre potencial produtivo e o mercado mundial. O capitalismo sobrevive através da destruição em massa das forças produtivas, descarregando a crise sobre os assalariados e mantendo artificialmente um monumental parasitismo financeiro, que está em completa contradição com a tendência recessiva mundial.

O caminho da colaboração de classes, imposto pela burocracia sindical, está fadado ao fracasso. A crise interburguesa tende a levar o estado a passar por cima das instituições democráticas para aplicar a política antinacional e antipopular, e agir repressivamente contra os setores do movimento de massas que se levantarem em luta e escaparem ao controle da burocracia.

A única via para enfrentar a situação é a ação unitária e nacional das massas contra o plano, o governo, os patrões e o imperialismo. O combate à política de colaboração de classes da burocracia, o chamamento a uma campanha nacional de lutas e a construção da frente revolucionária anti-imperialista são a perspectiva que permite defender as condições de vida das massas e enfrentar a ofensiva antinacional e antipopular do governo.



Desemprego, flagelo capitalista

A demissão de 1600 da Mercedes-Benz mostrou que os capitalistas estão decididos a se protegerem às custas da vida dos trabalhadores. Pouco antes a General Motors havia cortado 1050 empregos. As demissões em massa não se limitam a estas duas montadoras. A maioria das fábricas está realizando cortes. E não ocorre somente no setor metalúrgico. A construção civil, em agosto, pôs na rua 27 mil trabalhadores no estado de São Paulo. Neste setor, desde o início do ano ocorreram 46 mil demissões. Segundo a Fiesp, desde maio foram cortados 100.818 empregos na indústria paulista.

A onda geral de demissões que atinge a maioria dos ramos industriais e uma parcela de serviços aumenta o exército de desempregados crônico, que soma milhões e milhões. Os capitalistas dizem que a culpa é do governo por ter colocado a economia na rota da recessão. Outros dizem que é devido à abertura de mercado para os produtos estrangeiros, a exemplo dos têxteis, calçados etc. O governo, por sua vez, responde que não há recessão e apresenta o dado de 5% de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

A burocracia sindical se junta aos patrões reivindicando rebaixamento das taxas de juros e outros favorecimentos ao capital. Assim, anula os sindicatos como instrumentos capazes de enfrentar a ofensiva das demissões. Os burocratas do ABCD isolam a importante greve da Mercedes-Benz, fazendo de conta que as demissões dizem respeito apenas a esta multinacional. Porém, todos sabem que a Ford, Fiat e Volks têm assinalado em suas planilhas um corte tão violento quanto ao da General Motors e da Mercedes.

O desemprego em massa que ocorre entre nós expressa uma tendência mundial do capitalismo. Nas potências imperialistas esse problema não é de menor gravidade. E as grandes corporações que estão realizando fusões de capitais prevêm cortes em grande escala. Os planos neoliberais aplicados na América Latina têm resultado em contundente crise social. Um exemplo mais significativo é o do sucateamento industrial da Argentina, que provocou uma elevação da taxa de desemprego de 6% para 16% em poucos anos.

A quebra industrial no Brasil vem ocorrendo desde inícios de 80. Em recente pesquisa, a Fiesp concluiu que no ABC, desde 1989, foram fechadas 911 empresas, ou seja, 13 fábricas por mês. Certamente, esse fenômeno não se circunscreve apenas a essa região industrial. Esse movimento de sucateamento e fechamento de fábricas expressa a desagregação do sistema capitalista de produção. E indica que o capitalismo mundial altamente desenvolvido se converte em destruidor de forças produtivas.

Esse desmoronamento se volta contra a classe operária, na forma do flagelo do desemprego e do esmagamento salarial. As poderosas multinacionais e os grandes grupos nacionais se protegem reduzindo os postos de trabalho, introduzindo inovações tecnológicas para aumentar a produtividade e elevando os preços das mercadorias. Não importa que a maioria trabalhadora seja empurrada para o precipício da fome e da miséria.

Essa realidade não pode ser contornada com palavreados e atitudes de apoio dos operários aos capitalistas, como estão fazendo as direções sindicais do ABCD (CUT) e Força Sindical dos metalúrgicos, têxteis etc de São Paulo. Ou a classe operária enfrenta o desemprego com os métodos da luta de classes, como greves, ocupações de fábrica, bloqueios de estradas etc, num movimento unificado ou sofrerá uma mutilação jamais vista. Defendemos que se convoque assembleias em todos os sindicatos, que se organize a partir delas comitês de empregados e desempregados, que se aprove um programa de luta nacional, que tenha por meta estabelecer o controle operário da produção.

Companheiro trabalhador, não aceitemos nenhum plano de demissão voluntária ou involuntária

O emprego é a única fonte de existência para o operário e sua família. Sem ele, o trabalhador é empurrado para a miséria total e até mesmo para a morte. Eis porque não podemos aceitar a farsa das "demissões voluntárias" ou qualquer tipo de esmola, pretensamente destinada a compensar a demissão.

A burocracia sindical, para não lutar, se curva diante dessa imposição patronal. Assim, acabam como colaboradores da destruição da única fonte de vida do operário, que é seu trabalho. É melhor enfrentar as demissões com greves, ocupações de fábrica, bloqueios de estradas etc do que deixar que o patronato quebre nossa espinha dorsal com o terror do desemprego.

Contra as demissões, levantamos a bandeira de redução da jornada de trabalho para seis horas, sem redução do salário, para que todos trabalhem. Nessa luta, levantamos a bandeira de controle operário da produção e que todos os capitalistas abram as contas reais de suas empresas para que a classe operária tenha conhecimento das reais razões das demissões e possa lutar pelo fim do sistema de exploração do trabalho.

Exijamos a convocação pela CUT de todos os desempregados para que venham a participar nas assembleias sindicais e populares, possibilitando assim organizar a unidade dos empregados e desempregados.

É preciso quebrar a manobra dos capitalistas

As demissões têm sido utilizadas pelos patrões para justificar a necessidade do rebaixamento salarial e de mudanças na legislação trabalhista, que acabem com as conquistas mais elementares. Já se fala que as dificuldades do patronato para admitir e demitir é uma das razões que impedem a criação de novos empregos. Assim, querem acabar com o aviso prévio e outras regulamentações trabalhistas. Denunciamos essa mentira. Não criam empregos porque o sistema capitalista de exploração do trabalho está afundando em suas próprias contradições. A classe burguesa não passa de uma classe parasitária que acumulou uma vasta riqueza, enquanto seus escravos modernos (operários) passam fome. Tal sistema em que a maioria não tem o que comer e que as fábricas estão aparelhadas para produzir em grande escala só pode se desintegrar. O desemprego é consequência da falência do capitalismo e do parasitismo da burguesia. Por isso, contra as manobras governamentais e patronais de quebrar antigas conquistas devemos responder com luta.

Nacional



Fora com a política de conciliação de classes das direções sindicais!

Combater o desemprego e a recessão nas ruas, contra os patrões, o governo e o imperialismo!

Nacional

A divisão entre as frações burguesas ao redor da política econômica e a recessão e desemprego tem levado a burocracia sindical a ir mais fundo na política de conciliação de classes. A burocracia direitista da Força Sindical apoiou o plano Real desde o início. Agora, une-se à FIESP para reivindicar do governo que mantenha o plano e as reformas neoliberais, mas reduza os juros e os impostos.

A CUT, que é dirigida pelo PT reformista, passou a engrossar as fileiras da campanha de Medeiros/FIESP e convocar os trabalhadores a apoiar a pressão patronal.

Os burocratas entendem que, numa situação de recessão e desemprego e quando há divisão entre os capitalistas, o papel dos sindicatos é apoiar os patrões considerados mais progressistas e estabelecer uma colaboração com eles. Imploram aos capitalistas que em troca, se houver crescimento da produção, demitam menos trabalhadores.

O reformismo petista pretende se colocar como alternativa confiável à burguesia. Manipula as organizações de massa para que mostrem-se adaptadas e submetidas à legislação e às instituições burguesas. Pretende ir criando as bases para a formação de uma frente popular no futuro, que una os trabalhadores à ala patronal mais progressista, para conquistar a presidência da

república e uma hegemonia parlamentar.

Enganam os trabalhadores porque o emprego e salário só podem ser garantidos com a luta contra os patrões e o governo. Dizem que se houver crescimento econômico não haverá demissões. Mas são os mesmos patrões que reivindicam menos impostos e juros menores que estão demitindo milhares de trabalhadores. As demissões ocorrem até nas empresas que aumentam a produção. A redução do nível de emprego é consequência da crise capitalista mundial. A introdução de novas tecnologias e a quebra de forças produtivas em larga escala é o meio do capitalismo continuar sobrevivendo com o declínio das condições de vida da população mundial. Os patrões não darão mais empregos, mesmo com a queda dos juros e impostos e o aumento da produção.

A defesa do emprego está em impor aos patrões que mantenham o emprego para todos com a redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Isso leva necessariamente à redução dos lucros patronais, que só será feita com muita luta contra os patrões.

O desemprego e a recessão são resultado da política antinacional e antipopular de FHC, que favorece os grandes capitalistas às custas da miséria da população. O caminho para enfrentá-lo é a luta nacional de massa contra o governo e os capitalistas (patrões).

Defendemos a mais férrea unidade das massas para enfrentar o desemprego. Ela só pode ser conquistada com independência de classe, ou seja na luta contra os patrões e o governo. Por isso é preciso rechaçar a política das direções colaboracionistas e construir novas direções para o movimento, que se baseiem num programa revolucionário.

Como foi o Dia Nacional de Luta da CUT

Manifestação em Natal

A manifestação do dia 29/9, ocorrida em Natal, concentrou apenas a militância organizada das esquerdas e da burocracia sindical. A maioria dos sindicatos não acatou a orientação de convocar assembleias para organizar a luta contra o desemprego e o arrocho salarial.

O POR interveio com seus materiais e seu orador realizou uma contundente crítica à política da direção da CUT de unir patrões e trabalhadores num movimento colaboracionista. Denunciou que se trata de uma traição aos interesses da classe operária. Defendeu a independência política e organizativa dos trabalhadores frente à burguesia e seu Estado. Conclamou a constituição de uma Frente Revolucionária Antimperialista para derrubar integralmente o Plano pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso.

Manifestação em São Paulo

O POR participou do ato da CUT, na Praça da República, distribuindo seu Manifesto e propagando os seus materiais políticos. Em São Paulo, o ato teve as mesmas características de Natal, ou seja, um ato da burocracia e da esquerda. Enquanto milhares de operários estavam sendo demitidos e a Mercedes em greve, a direção da CUT nenhum empenho teve de organizar massivamente a manifestação.

Na realidade, mais uma vez a burocracia realizou um ato festivo e colaboracionista. Um dos oradores da burocracia enfatizou a necessidade da unidade entre patrões e trabalhadores contra a recessão. Na verdade, estava convocando os operários a colocarem a corda patronal no pescoço.

Denunciamos que o dia 29/9 não teve nada de luta. Foi planejado com o intuito da CUT apoiar as reivindicações dos capitalistas em conflito com seu próprio governo. Nesse sentido, o POR interveio com a bandeira "Fora com os patrões da campanha contra o desemprego! e Unidade das massas contra o governo e os capitalistas!".



Reforma administrativa do governo pretende demitir em massa e passar por cima do parlamento para privatizar

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado analisou a proposta de reforma administrativa do governo, elaborada por Bresser Pereira. O governo pretende criar as condições jurídicas para a demissão de milhares de funcionários públicos e para centralizar a administração federal nas mãos do presidente da República. Pela proposta, os funcionários perderão o regime único de carreira e passarão a ser regidos pela CLT, ficando em iguais condições com os funcionários de empresas privadas, podendo ser demitidos sem dificuldade e submetendo-se ao aumento de tempo de serviço para a aposentadoria. Perderão também a possibilidade de efetivação após dois anos de trabalho. Os salários serão ditados pelo poder executivo, através do estabelecimento de uma paridade dos outros poderes com ele.

A reforma também atinge as estatais. Bresser pretende dar condições ao governo de privatizar empresas sem ter que passar por nenhuma discussão no Congresso.

Todos os aspectos da proposta de reforma administrativa dão ao governo condições de reduzir despesas com pessoal e entregar estatais. Atendem às pressões do FMI para que o governo tenha condições de pagar seus compromissos com as dívidas externa e interna, e passar as empresas estatais para as mãos das multinacionais e do

capital financeiro internacional.

O corte de funcionários e a venda de estatais atingirá ao conjunto da população. Os serviços sociais públicos (saúde, educação etc.) serão ainda mais sucateados, e as estatais, nas mãos do imperialismo, levarão ao aumento da exploração dos empregados, a mais demissões e elevação do custo de vida, pela imposição de preços sem subsídio estatal.

Os funcionários públicos precisam se unificar e mobilizar contra o ataque neoliberal. Mas, para barrar a ofensiva do governo, depende da unificação com o movimento operário e popular. Somente atingindo a produção em todo o país o movimento pode derrotar o governo.

A CUT, os sindicatos e organizações populares e estudantis precisam chamar a luta contra a reforma neoliberal, que agora atinge diretamente funcionários públicos, mas que recai no geral sobre toda a nação. Construir a frente única antiimperialista, que derrote as pretensões do governo FHC e do imperialismo.

Nacional

Brasil pagou mais que recebeu do Banco Mundial



O Brasil tem pago mais em juros de empréstimos do que tem conseguido emprestado junto ao Bird. Isso tem levado o país a transferir bilhões de dólares para o exterior. A transferência de dinheiro do Brasil para o Banco Mundial foi de um bilhão de dólares no ano passado. Em 1994, o valor favorável ao Bird foi de 1,4 bilhão. Desde 1988, foram 8,3 bilhões de dólares que deixaram o país. Os juros estão sendo pagos por empréstimos enormes feitos entre 1983 e 1988 pelo Brasil.

Esse fato mostra como o endividamento externo é fonte de parasitismo financeiro e exploração do país pelo capital estrangeiro. Exploração que se dá também pelo endividamento interno. A dívida interna é formada ba-

sicamente de títulos do governo, emitidos para cobrir déficits públicos a juros altos. O capital estrangeiro compra também esses títulos, que pagam juros várias vezes maiores que os do mercado internacional. Durante o plano Real, o governo elevou às alturas os juros. O endividamento interno cresceu tanto que a dívida interna já é maior que a externa.

O governo gastará a maior parte de seu orçamento com o pagamento dos juros das dívidas. Esse mecanismo é reproduzido nos estados e municípios, que estão por isso à beira da falência total. Os governantes cortam gastos com serviços sociais públicos (saúde, educação etc.) para poder pagar os parasitas do mercado financeiro.

A luta pelo não pagamento da dívida externa e interna é parte da luta contra a opressão e exploração do país pelo imperialismo. A defesa das condições de vida da população depende da luta contra o imperialismo e pelo não pagamento da dívida. Essa luta está nas mãos da maioria nacional oprimida, em especial da classe operária, que pode encabeçar uma luta antiimperialista e anticapitalista até as últimas consequências.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE EScreva PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970
CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Governo massacra e depois acena com migalhas de assentamentos

O presidente Fernando H. Cardoso decidiu destituir o presidente do INCRA, indicado pelo ministro da Agricultura, o banqueiro Andrade Vieira (PTB), e substituí-lo por um de seus assessores, Francisco Graziano. O objetivo declarado é o de apaziguar o ânimo dos sem-terra e controlar a luta de classes no campo.

Depois do massacre de Corumbiara (RO), veio à tona o alastramento das ocupações de terra e o choque com os latifundiários. Os órgãos de informação do Estado reconhecem que por todo país tem havido conflito agrário, protagonizado por milhares de famílias de sem-terra. E que a tendência é de radicalização.

A chacina em Rondônia, fazenda Santa Elina, mostrou uma das vias a ser seguida pelo Estado. Porém, a repressão sanguinária contém o risco dos camponeses se verem obrigados a se armar em comitês de autodefesa. Para um governo que pretende conservar a máscara da democracia dos exploradores, não é a melhor perspectiva.

Os próprios militares vieram a público mostrar seus temores com o crescimento das ocupações e até inventaram o conto da presença do Sendero Luminoso no Brasil. Deixaram implícito que ou o governo enfrenta o movimento camponês militarizando amplamente a questão agrária, ou se vale do plano de assentamento previsto no programa de governo.

Se o problema permanecer no âmbito de cada estado, inúmeras Corumbiaras surgirão, sendo o exemplo mais próximo as ocupações do Pontal do Paranapanema (SP). Os fazendeiros dessa região exigem

que a repressão bata com mão de ferro. Num lance de propaganda, alertaram que estão se armando em milícias, de posse até mesmo de armas pesadas do exército. Enquanto o governo Covas negociava com as lideranças do MST o assentamento em uma parcela das terras reivindicadas, a justiça decretava a prisão de José Rainha e outros organizadores. Até quando os sem-terra do Paranapanema seguirão a orientação pacifista do MST frente à constante perseguição e ao desalojamentos? Até quando se evitará uma nova chacina, tão desgastante para a democracia capitalista? Nesse mesmo sentido, a Igreja, através da CNBB, também se manifestou, exortando Fernando H. Cardoso a cumprir seu projeto de assentamento. Um de seus porta-vozes chegou a dizer que as ocupações pacíficas eram necessárias, por ser a única forma "dos excluídos" pressionarem o governo para executar a reforma agrária.

O Lula, do PT, se manifestou na mesma linha, não deixando de ressaltar que as ocupações não poderiam exceder as "terras improdutivas". Não disse nada surpreendente. Esse é o programa do PT: assentar umas quantas famílias em terras "improdutivas". Igualmente, essa é a orientação do MST, dirigido pela Igreja e PT. Coincidentemente, é também o programa do PSDB, partido do Presidente da República.

Em debate público, o ex-ministro Ciro Gomes (PSDB) criticou FHC por ter colocado no ministério da Agricultura um homem contrário ao programa de assentamentos e por ter rompido seus laços de aproximação com o MST, que traduzindo significa com a Igreja. Não deixando por menos, o presidente da Contag, que é do PSDB e que recentemente filiou a Contag à CUT, reivindicou junto ao Presidente a destituição do presidente do INCRA, por se constituir num obstáculo à reforma agrária peesedebista.

Em resposta a tais pressões, FHC colocou na direção do INCRA uma personagem muito próxima do PT e MST. Ao mesmo tempo, lançou a bandeira de uma trégua nas ocupações e um chamado ao PT para se negociar uma saída pacífica para o confronto.

A tática governamental para amortecer o choque dos camponeses contra latifundiários se tornou premente diante do fato do MST vir perdendo o monopólio da luta dos sem-terra. Novas frações têm surgido em oposição ao pacifismo, legalismo e ao programa reformista burguês dos assentamentos.

Os acontecimentos de Corumbiara estiveram fora do controle do MST. E o PT tornou-se conivente da repressão ao ter apoiado Raupp para governador e por integrar sua administração.

O que menos FHC quer é que os reformistas percam as rédeas da luta camponesa. Com Graziano no INCRA, espera-se descomprimir o conflito e isolar a ala mais radical, golpeando-a em seguida. Por essa via, pretende-se dar esmolas a umas centenas de famílias e perpetuar o poder latifundiário, seja de terras produtivas ou improdutivas. Aborta-se, assim, uma verdadeira reforma agrária, que só pode vir de uma revolução social.

A opressão capitalista no campo e a luta camponesa

O domínio latifundiário, o esmagamento do camponês pobre e a superexploração do proletário agrícola é um dos traços estruturais do capitalismo semi-colonial brasileiro. Com a penetração cada vez maior do capital monopolista no campo, tem-se reforçado a opressão de classe.

A miséria e a fome não só não foram amenizadas como se ampliaram. Milhões sobrevivem com menos de um salário mínimo, a maioria não tem carteira profissional assinada e milhões de minifundiários vivem na penúria. O desenvolvimento capitalista monopolista expulsou outros milhões (entre 1970 e 90, 30 milhões) para a cidade, onde continuam espoliados ou desempregados. As centenas e centenas de famílias de sem-terra e os conseqüentes 198 focos de conflito identificados pelo MST são resultados da expropriação das terras camponesas e desemprego crônico.

Todos os dados estatísticos indicam a crescente concentração latifundiária, acelerada pela "modernização" monopolista da agroindústria exportadora e pela especulação financeira. Antigos latifúndios pré-capitalistas se entrelaçam com os capitalistas, sob a égide do capital financeiro, e subordinam a ferro a vida de milhões de camponeses, semiproletários e proletários.

O programa de assentamentos dos governos nasce da necessidade de amortecer a crise social advinda dessa realidade econômica e a decorrente luta de classes no campo entre camponeses e latifundiários. O PT/MST está de acordo com essa estratégia capitalista. Apenas critica o não cumprimento das metas propostas por FHC. Explica que a reforma agrária não anda devido à aliança do governo com os latifundiários.



Ao contrário, um governo reformista de Lula inauguraria uma nova aliança de classe no poder do Estado, integrando a classe operária, camponeses e uma fração capitalista não monopolista ligada ao mercado interno. Esta sim teria interesse em desapropriar as terras improdutivas, indenizar os proprietários e assentar, porque tais medidas dinamizariam a produção, sem ferir a sagrada propriedade privada da burguesia.

Logo vemos que, no esquema dos reformistas, os "latifúndios improdutivos" serão comprados pelo governo e os considerados "produtivos", uma categoria muito questionável, ficam preservados. Os reformistas não se dão conta, ou fingem, que com esse programa não estão contraindo uma aliança com os latifundiários.

De fato, tal programa se contrapõe à luta das massas para expropriar revolucionariamente os grandes proprietários e se apossar das terras. Trata-se, na verdade, da negação da reforma agrária e manutenção da opressão latifundiária sobre as massas camponesas. A tarefa histórica dos explorados está em eliminar a opressão de classe e não preservá-la com remendos no sistema de produção capitalista arcaico e violento.

Violência e pacifismo no campo

Fernando Henrique Cardoso recomendou que os sem-terra e a polícia devem cooperar e evitar a violência. A Igreja, que pretende ser porta-voz dos oprimidos, diz que somente as ocupações pacíficas se justificam. Não é preciso repisar a opinião dos reformistas do PT.

Diante dos frequentes assassinatos de camponeses, ora pela polícia ora pelos jagunços, todos clamam pela paz e justiça. Entretanto, o resultado concreto é que os assassinatos continuam impunes. Sabemos que os responsáveis pelas execuções em Corumbiara não serão molestados.

No passado recente, os fazendeiros criaram a UDR com um claro propósito de constituição de milícias particulares. Agora, a Confederação Nacional dos Agricultores exige violenta repressão. Como se vê, o pacifismo não tem nada a ver com a realidade do confronto entre camponeses e latifundiários.

A violência militar e dos jagunços nasce da grande concentração latifundiária e da disputa pela terra. Trata-se da violência reacionária da burguesia contra os explorados. Diante de qualquer ocupação, o Estado é acionado em defesa da propriedade latifundiária. A Justiça decreta a desocupação e legaliza a violência policial, que pode chegar à chacina e prisão dos lutadores.

É um engano achar que a violência é só de natureza militar. Os camponeses ao serem arrancados de seus mini-

fúndios, os operários ao serem sacrificados pelo salário de fome e os milhões de desempregados estão submetidos à violência econômica e social. Muitos morrem de fome ou são mutilados fisicamente. Está aí uma extrema violência da opressão econômica.

Com o agravamento da crise capitalista, amplia-se o flagelo das massas. O governo para sustentar a exploração do trabalho e conter a revolta da classe operária e demais trabalhadores está obrigado a se desfazer da máscara da democracia e lançar mão das armas. Não foi isso que aconteceu com a ocupação militar das refinarias nas greves dos petroleiros? O massacre de Corumbiara não ocorreu pelas mesmas razões? E não é isso que irá acontecer diante de movimentos que fujam do controle da burguesia e dos reformistas traidores?

Está aí porque denunciemos o pacifismo governamental, dos reformistas e da Igreja. Trata-se de uma política de submissão dos explorados aos exploradores.

Os reformistas dizem que não há como reagir ao poder das armas. Isso é falso. A reação é possível desde que se unifique os explorados em torno da classe operária e se potencie o método da luta de massa. Por esse caminho, os trabalhadores conseguirão organizar inicialmente os comitês de auto-defesa e avançarão na capacidade de armamento popular.

O que os reformistas fazem com o seu pacifismo é mutilar a unidade dos explorados e bloquear a capacidade de luta de massa. Ao desarmarem politicamente os movimentos, impossibilitam que estes se capacitem para responder à violência reacionária da burguesia com a violência revolucionária dos oprimidos. Os acontecimentos de Corumbiara, da Vila Socialista, da CSN, das refinarias de petróleo etc mostram que devemos organizar a auto-defesa em qualquer circunstância de luta.

O Programa da aliança operária e camponesa

A estratégia dos assentamentos, defendida pelo reformismo, tem por conteúdo: 1) preserva os latifúndios; 2) divide o movimento camponês em torno de interesses particulares; 3) alimenta o legalismo burguês e o pacifismo; 4) impossibilita colocar o problema da terra como parte de um programa mais amplo de luta antiimperialista e anticapitalista; 5) inviabiliza a aliança operário-camponesa.

Ao contrário, o programa agrário transformador tem por conteúdo básico: 1) expropriar todos os latifúndios, sem nenhuma indenização; 2) nacionalizar as terras (estatizá-las); 3) entregá-las aos camponeses pobres; 4) expropriar a

agro-indústria e socializar os meios de produção (coletivizar); 5) organizar a aliança operário-camponesa; 6) desenvolver o movimento revolucionário de destruição violenta do poder latifundiário.

Esse programa agrário de nada vale isoladamente. Ele é parte do programa da revolução proletária. O que quer dizer que a classe operária terá de dirigir um movimento popular de expropriação de toda a burguesia nacional e imperialista. O acesso dos camponeses à terra através da liquidação do poder latifundiário é uma tarefa democrática que só o proletariado poderá cumprir, uma vez que conquistou o poder do Estado. Não se pode expropriar os latifundiários sem se destruir o capital industrial, financeiro e comercial. Os latifundiários são uma fração da burguesia. Para se tocar no seu domínio, é preciso atingir de conjunto a classe capitalista, ou seja, seu Estado e os meios de produção sob seu controle.

As lutas parciais, que se revestem na forma de ocupação, para desenvolver esse programa, devem superar a divisão entre os próprios camponeses e destes com o movimento operário. A fração revolucionária na luta camponesa está obrigada a combater o reformismo e o pacifismo, venha de onde vier. Para isso, terá de estar de posse da estratégia da revolução proletária, que é a da expropriação geral da burguesia através de um governo operário e camponês, que exercerá a ditadura do proletariado.

Sem se construir células do Partido Operário Revolucionário, baseado no programa da revolução e ditadura proletárias, no interior do movimento camponês, torna-se inviável a destruição do poder latifundiário. Nossa tarefa frente à luta agrária é de defender esse programa, o método da ação direta que inclui os comitês de auto-defesa e organizar no seu interior o Partido Operário Revolucionário.

A luta aparelhista no PT

O 10º Congresso do PT elegeu para presidente do partido o deputado José Dirceu, que contou com o apoio de Lula, José Genoíno e Rui Falcão. O derrotado foi o candidato das correntes de esquerda, Hamilton Pereira, apoiado pelos agrupamentos *Opção de Esquerda* e *Na Luta PT*, que congregam correntes como "O Trabalho", "Democracia Socialista", "Força Socialista" etc.

José Dirceu, da Articulação, representa o que há de mais reacionário no PT, ou seja, a política de colaboração com a burguesia.

Depois dessa disputa, veio a cisão em torno da formação da Executiva. A Articulação negou a secretaria geral ao deputado Arlindo Chinaglia, apoiado pelas esquerdas. Em protesto, estas não aceitaram nenhum cargo na Executiva. A luta aparelhista cumpriu seu ciclo.

O sonho das esquerdas, que até há pouco tempo estiveram iludidas com Rui Falcão, de que venceriam o poder da Articulação e realizariam uma virada nas posições do partido, veio chão abaixo.

O PT é um partido não só da ordem burguesa, integrado ao estado e aliado de uma fração capitalista, como também de-

fensor de determinadas posições pró-imperialistas. Porém, as correntes de esquerda dizem que o PT é um espaço em disputa contra a Articulação e aliados. Assim, iludem e se iludem.

No concreto, acabam por compactuar com o reformismo e com todas as mazelas de sua orientação pró-capitalista. Estão impossibilitadas de denunciar a capitulação do PT diante da ofensiva pró-imperialista do governo FHC. No massacre de Corumbiara, tais esquerdas foram incapazes de condenar o PT por estar no governo de Raupp e, assim, ser coniventes politicamente com a repressão policial. Não podem também condenar a burocracia sindical cutista por colaborar com as multinacionais, e romper com o PT, responsável pela penetração da política burguesa no interior do movimento operário.

Os pseudo-trotskyistas "O Trabalho" e "Democracia Socialista" fecham os olhos para a tese historicamente comprovada de Trotsky de que o reformismo está fadado a ser correia de transmissão do imperialismo nas semicolônias. E não há desculpa para se esconder o fato de que o PT já cumpriu seu ciclo de integração total na ordem capitalista e já se inclinou para posições pró-imperialistas.

A militância não apodrecida por essa política tem o dever de romper programaticamente com o PT e com ditas esquerdas e se colocar pela construção do partido marxistaleninista-trotskyista.

A saúde está em apuros

Vários são os órgãos do governo para a saúde e para a assistência social da população. Entre ministérios, secretarias, departamentos entidades particulares subsidiadas, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), convênios estatais com hospitais particulares e entidades de "utilidade pública". Por incrível que pareça, o que presenciamos no final de tudo isto é uma população desassistida, doente e moribunda.

Quando o governo anuncia a implantação de recursos para as áreas sociais, na prática significa entregar o para o empresariado (burguesia) nacional e internacional os serviços públicos, como parte da política neoliberal em andamento.

O Plano plurianual para 96/99 deixa claro que é "indispensável o fortalecimento do setor privado nos investimentos previstos", "que faz-se indispensável alterar os dispositivos constitucionais que vedam a entrada de capital estrangeiro, que implicam em rigidez orçamentária" e "atenuar o custo Brasil" (encargos pagos pelas empresas ao governo). Assim o governo reduz o orçamento e demite o funcionalismo.

A bancada da **Frente Parlamentar da Saúde**, a "bancada hospitalar", onde a maioria de seus integrantes é dona de hospitais e Santas Casas, estão negociando cargos e verbas para seus hospitais. Estão exigindo que seja mantida a isenção de impostos para as Santas Casas e entidades filantrópicas e a amortização de suas dívidas, que chegam a R\$ 2,5 bilhões, em troca da aprovação das reformas constitucionais.

Os parlamentares não podem fazer e votar leis que beneficiem os trabalhadores pois são eles são os empresários de hospitais que manobram eleitoralmente com as AIHs (Guia de Internação Hospitalar). As AIHs são verdadeiras minas de fraudes que sustentam os hospitais privados credenciados no SUS.

A esses parlamentares se juntaram os reformistas que defendem a municipalização e descentralização da saúde. Eduardo Jorge é tido como o guru do grupo.

Foi essa política reformista de limitar as reivindicações ao parlamento e formar frentes com a burguesia que levou a dispersão dos movimentos populares.

Os movimentos populares necessitam construir uma política baseada no programa operário de defesa do sistema único de saúde pública e gratuita, para isto necessitam organizar um movimento de luta que leve as massas à ação direta, isto é, organizar passeatas e mobilizações massivas para exigir o fim da mercantilização e da privatização da saúde.



Covas esmaga o funcionalismo: Demissão e arrocho salarial

Para cumprir com o acordo de redução de verbas para os serviços públicos, Covas impõe a reestruturação das escolas públicas. O conteúdo da reforma é a ampliação da municipalização e das parcerias com as empresas. Para isso, separa as escolas de primeira à quarta série, alvo imediato para municipalizar. Restringe ao máximo o ensino de segundo grau, porque deve ser a curto prazo privatizado, juntamente com o terceiro grau (universidades).

Tal proposta implica na demissão de 60 mil professores e 30 mil funcionários de escolas. É objetivo do PSDB oferecer o ensino básico (aprender unicamente a ler e escrever). Está previsto para final de outubro, os passos concretos dessa reforma educacional, que nada mais é do que as metas já determinadas pelo Banco Mundial aos países semicolonial, na Conferência Mundial de 1990 e assumida pelo Plano Decenal.

A reforma do governo implicou no cadastramento dos alunos, onde milhares deixaram de preencher porque as condições econômicas já os empurraram para fora das escolas. São os evadidos. Porém, para Covas são "fantasmas". Essas crianças e adolescentes, que com certeza estão no mercado de trabalho, ajudando a compor a renda familiar (os dados oficiais comprovam isso), não possuem vaga assegurada nas escolas públicas no ano de 1996.

Por outro lado, a formação de classes com 45 alunos e a redução de escolas de segundo grau obriga o Estado a demitir um massa enorme de educadores. Já são 4 mil demitidos pela avaliação probatória, uma farsa montada para reprovar o funcionalismo. Ao mesmo tempo, instalou medidas punitivas para perseguir os lutadores da classe. Em São Bernardo do Campo, os professores que participaram dos comandos de greve em 1993 e que foram advertidos pela Secretaria da Educação, estão sendo submetidos ao julgamento. Em Diadema, a diretora Dagmar foi afastada do cargo, para dar lugar a um "pau-mandado" do governo. Os demitidos têm procurado a Justiça para recorrer da punição.

Como vemos, o governo pró-imperialista de Covas para pôr em ação as medidas neoliberais está obrigado a destruir a educação pública e gratuita em São Paulo. A reforma do ensino do PSDB é parte do Plano geral do

governo FHC, que se traduz nas reformas constitucionais. Tais medidas são exigências dos credores internacionais (FMI e seus parceiros como o Banco Mundial) de abertura total da economia, privatização das estatais, destruição de parte dos serviços essenciais (saúde e educação), demissão em massa, fim de todas as conquistas dos trabalhadores (Previdência pública, aposentadoria por tempo de serviço e estabilidade do funcionalismo) etc. O Estado mais rico da federação é o carro chefe da implantação desse plano imperialista. A reforma privatista do ensino em São Paulo deve ser o "cartão-postal" para os outros estados do Brasil. Por isso, ela precisa avançar a passos largos.

A luta contra as perseguições políticas

Covas e seus capachos vêm perseguindo e punindo os lutadores. O afastamento de Dagmar do cargo de direção da EEPG Frade Monte/Diadema e a punição com processos administrativos aos professores de São Bernardo, pelo simples fato de defender a escola pública e as reivindicações elementares da classe (condições de trabalho e salário), têm sido a tática de pôr para fora dos quadros do magistério todos aqueles que resistem à Reforma destruidora do ensino público.

O movimento em defesa de Dagmar ocupou a escola e realizou dois atos em frente à Delegacia de Ensino. No primeiro, a polícia reprimiu, prendendo e espancando alunos. O segundo encontrou as portas fechadas e a delegada ausente. Não bastando, a polícia interveio na escola para dar posse à nova diretora (uma defensora das medidas privatistas do ensino). Com o auxílio da repressão policial, a tal diretora pretende estabelecer a normalidade. Parte dos alunos e professores se recusam permanecer em sala de aula e lutam para a reintegração de Dagmar.

Porém, é preciso ampliar o movimento. Ganhar o apoio dos trabalhadores em geral. Somente assim é possível quebrar a ofensiva de um governo Covas totalitário. O que se passa com a educação não difere de outros setores. As demissões em massa atingem desde os setores produtivos até os serviços. Trata-se da política de quebra de forças produtivas, uma exigência dos países impe-

rialistas. As consequências são drásticas, porque recaem sobre os explorados. A resistência às demissões é a luta pôr derrubar integralmente o Plano antinacional e antipopular. É necessário que estudantes, professores, funcionários e a classe operária se unam num só movimento contra o governo pró-imperialista de Covas/FHC. A greve, as ocupações, as manifestações de rua são as armas dos explorados para combater as demissões, perseguições e toda sorte de massacre sobre as massas oprimidas.

Combater a política colaboracionista das direções sindicais

O avanço da reforma privatista do ensino, que atinge alunos e trabalhadores da educação, só ocorre devido a ausência de uma resposta de luta. A diretoria da Apeoesp ofereceu mais trégua ao governo e por isso se opôs a organização da greve e à convocação de nova assembleia a curto prazo. Diante das demissões, defendeu as ações individuais na Justiça. Frente à reforma, propôs a coleta de abaixo-assinados e um ato sem paralisação da classe no dia 6 de outubro. Com essa política, Covas está mais do que nunca com as mãos livres para continuar impondo o arrocho salarial, demissões e punições ao magistério.

Por outro lado, uma parte do professorado está acuado. Pressionado pelas direções de escola, pelas mudanças que estão por vir e sem uma orientação clara de combate, essa parcela se mantém apática. A reação é de descrença na possibilidade de derrotar o governo. A burocracia sindical, por sua vez, se apóia nesse setor para impor sua política de co-

Educação



laboração com as diretrizes governamentais. Ao invés de impulsionar o movimento, a burocracia semeia a ilusão de que é possível, sem luta, obter algumas vantagens no Plano de Carreira e brecar as demissões, pela via constitucional. Pelo fato de não se opor ao conjunto da política neoliberal, os burocratas vivem de negociatas, na tentativa de conseguir algumas migalhas. Enquanto isso, a classe vem padecendo do mais brutal arrocho salarial e, agora, das demissões.

O que se passa com a diretoria da Apeoesp é o mesmo que ocorre com a direção da CUT. Essas amortecem a luta dos explorados ao colaborar com o patronato e com o governo. Os acordos estabelecidos em torno das "demissões voluntárias", os atos isolados e com os patrões (como o ocorrido em São Bernardo), a trégua oferecida até final de outubro ao governo Covas, a política inócua dos abaixo-assinados

etc são táticas dos burocratas, que só tem servido para arrefecer a resistência de luta das massas oprimidas. Devemos denunciar e combater essas direções conciliadoras.

É necessário construir as frações revolucionárias no interior da classe.

A luta contra a reforma destruidora da escola pública é a mesma que ocorre contra a privatização das estatais e abertura total da economia nacional. Isso traz como consequência a quebra de forças produtivas e, portanto, o desemprego generalizado. O argumento burguês do "Estado mais leve" ou "Estado mínimo" é a justificativa para os cortes de verbas dos serviços considerados essenciais, como a saúde e educação. A burocracia sindical reformista denuncia em palavras a política sucatadora, mas se curva diante da ofensiva dos governos. Está sempre procurando uma "brecha" para democratizar o Estado opressor. Acredita que essa é a via de conquistar melhorias para os trabalhadores.

É preciso combater a fundo essa política no interior da classe, porque tem levado à descrença de uma boa

parcela do professorado. A apatia, descrença e toda sorte de neutralidade da classe contribuem para o avanço da ofensiva de Covas. Quanto mais calado permanecer o professor mais o governo golpeia a classe. A resposta de conjunto à política destruidora da escola pública é uma tarefa impostergável. Daí a importância da construção da Corrente Proletária na Educação, uma fração oposta à burocracia e que tem como tática a ação direta das massas exploradas e como estratégia a luta contra o Estado burguês, através da revolução e ditadura proletárias.

A Corrente Proletária na Educação defende a escola pública, científica (laica), gratuita, autônoma, voltada à produção social. Nenhuma ingerência do Estado e da Igreja no interior das escolas. Ao Estado cabe unicamente o financiamento do ensino, bem como a garantia plena do acesso a todos os níveis. Defendemos uma escola onde haja de fato a teoria e a prática, ou seja, onde os alunos permaneçam uma parte na sala de aula e outra parte do tempo diretamente vinculado à produção social. Como a única maneira de se formar plenamente.

UECE - Ceará

Manifestação dos Estudantes Sobre a Relação de "Avançar na Luta" com a Burocracia e a Reitoria da Universidade

No dia 13/09 em decorrência de várias mobilizações e pressões dos estudantes devido à falta de professores na UECE, a reitoria foi obrigada a receber os estudantes através de uma audiência. A maioria dos cursos se mobilizou e enviaram representantes à audiência.

Várias intervenções foram feitas no sentido de colocar a problemática existente na UECE, mas a corrente "Avançar na Luta" (LBI) simplesmente colocou na frente de mais de 300 estudantes, que a reitoria não tem autonomia e que por isso não devemos nos confrontar com a burocracia, mas isentá-la de tal responsabilidade e fazer manifestações no Cambeba (Governo do Estado).

Com esta posição "Avançar na Luta" colocou até que ponto pode chegar uma corrente que se compromete com a política da reitoria. A reitoria da UECE foi indicada pelo ex-governador Ciro Gomes do PSDB e os camaradas insistem em chamar o Sr. Petrola de "companheiro".

Que a universidade não tem autonomia já sabemos, mas negar que a reitoria através do Projeto "Nova UECE, Universidade Tecnológica para o Semiárido" vem implementando a política do PSDB de não realizar concursos públicos para professores efetivos, Biblioteca de qualidade, Restaurante

de qualidade etc. é afirmar que esta reitoria defende os interesses dos estudantes como já afirmou o próprio Sr. Cândido (Secretário de Finanças do DCE e membro desta corrente) de que a reitoria é de esquerda e que poderia vir a seguir um programa dos estudantes na UECE. Estas afirmações são justificadas pelo apoio que tem da reitoria através de conchavos, barganha de passagens e sabe mais lá o quê, para tentar conter a revolta dos estudantes que se levantaram para reivindicar o mínimo para que a universidade continue funcionando, ainda que precariamente, que é um professor na sala de aula.

Esta mobilização mostra que os interesses dos que tem o rabo preso com o PSDB e os que se utilizam dos CAs e DCEs apenas para fazer politicagem podem ser varridos pelo movimento.

O POR entrevistou no ato do dia 13 colocando a necessidade da continuação das lutas através das assembléias soberanas, de unificar os interesses dos estudantes com os demais trabalhadores em defesa da autonomia da universidade. Para isso é necessário que a universidade seja gerida pelos próprios estudantes e trabalhadores e não por uma "reitoria Tucana democrática de esquerda".



Eleições Para o CACB

Nos dias 18 e 19 de setembro realizaram-se eleições para o Centro Clóvis Beviláqua (CACB) da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Participaram do pleito quatro chapas, que variaram da extrema-direita à posições antiimperialistas.

A chapa "Atuação Independente" defendeu em debate a privatização da Universidade, a Reforma Constitucional, a Justiça Burguesa e combateu, da mesma forma que a ditadura militar, o direito dos estudantes se organizarem politicamente. Outra chapa, "Direito Melhor", se colocou pelo corporativismo e defesa da neutralidade do CACB frente aos grandes problemas nacionais e internacionais. A chapa "Por Tudo Que For", reproduziu a inconsistência ideológica da inteligência pequeno-burguesa, base do reformismo petista no movimento estudantil, priorizando questões culturais e administrativas.

A chapa "Consciência e Justiça Social", composta por militantes do POR, do PT e independentes, expressou propostas avançadas de combate ao neoliberalismo, de defesa da autonomia universitária, apoio aos sem terra, de construção dos Tribunais Populares (forma de luta onde

os operários e as demais classes exploradas, julgam seus algozes através da ação direta) e a luta contra a opressão política e social.

A vencedora foi a chapa "Por Tudo Que For", o que representou uma rejeição, ainda que de forma alienada, à direita ("Atuação Independente", "Direito Melhor"). Foram as eleições mais participativas nos últimos anos, com 603 votos.

A intervenção de "Consciência e Justiça Social" elevou o nível do debate político e sua votação representou a potencialidade de uma direção revolucionária para o movimento estudantil.

Frente a nova direção, a posição dos revolucionários deve ser a da defesa intransigente da autonomia universitária e da construção da Frente Revolucionária Antiimperialista. Assim neste debate estaremos preparando uma nova direção estudantil subordinada a estratégia da Revolução e Ditadura Proletárias.

Educação

Construir a Frente Revolucionária Antiimperialista

Segue abaixo documento da regional de Fortaleza do POR chamando à militância combativa a formar a FRA.

Fortaleza, 18 de setembro de 1995

Ao Movimento Pelo Partido Revolucionário
Companheiros,

Pretendemos através desta retomar o nível de relações fraternas entre nossas organizações, com o objetivo de alianças mais estreitas e de discussões programáticas sobre a construção do Partido Revolucionário.

Em relação a conjuntura atual, propomos a construção de uma Frente Única Antiimperialista (contra o capital financeiro mundial) e anticapitalista (contra as relações de exploração), baseada nos seguintes pontos para o debate:

- salário mínimo vital, reposição integral das perdas e implantação da escala móvel de reajustes;
- escala móvel de horas de trabalho, redução imediata da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução de salários;
- controle operário da produção;
- revolução agrária de expropriação do latifúndio, nacionalização das terras e entrega aos camponeses pobres;
- não pagamento das dívidas interna e externa;
- defesa do teto a todos os explorados;
- nenhuma privatização, reestatização;
- sistema único de educação e saúde públicos;
- contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço, contra o fim da estabilidade do funcionalismo público e nenhum imposto aos assalariados;
- Constituição da Frente Revolucionária Antiimpe-

rialista, pela destruição do Estado burguês e pela instauração do governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Diante da crise de direção política do proletariado e da barreira contra-revolucionária do reformismo, é necessário a retomada do debate político, instaurado na vinda de nosso camarada ao Ceará. Sob este prisma propomos a constituição de um Comitê de Ligação Paritária para organizar as atividades comuns de nossas organizações. Assim, como encaminhamos defendemos:

- que o debate das divergências se dê por escrito;
- a comemoração comum da Revolução Russa;
- um seminário comum;
- a construção de um trabalho unitário nas frentes de massas comuns;
- a retomada do debate sobre a tradição marxista e os Estados operários degenerados.

Esperamos por escrito, a resposta dos companheiros.

Saudações Trotskistas

Célula de Fortaleza da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (POR)



Avança o Movimento Socialista pela moradia

O movimento pela moradia, em Diadema, através da mobilização, deu mais um passo à frente ao arrancar do governo do Estado o compromisso de construir um novo conjunto habitacional.

Entretanto, os trabalhadores sem-teto devem ter claro que não se deve confiar em promessas de governos burgueses. Somente a luta pela ocupação das terras pode levar a conquistas seguras.

Lembramos que o ex-governador Fleury havia assinado um termo de compromisso com os sem-teto e não cumpriu. Foi necessário enfrentar sua polícia na ocupação da Vila Socialista para, finalmente, o governo construir os apartamentos.

O mesmo devemos dizer da mobilização que houve na Câmara Municipal de Diadema para que esta legalize a entrega das terras antes ocupadas pelo movimento da Vila Socialista. Os vereadores fizeram belos discursos em favor da regulamentação necessária para se construir um conjunto habitacional sob o controle do movimento socialista pela moradia.

A organização do movimento dos sem-teto sob a base de massivas assembleias e manifestações, como a ocupação da Prefeitura, vai ganhando força em defesa da vida dos trabalhadores. Esse caminho da ação direta, que pressupõe a ocupação e a resistência contra a repressão é o único capaz de quebrar a resistência governamental.

Movimento rejeita a manobra do governo Covas

A intenção do governo era de que os apartamentos já construídos, fruto de muita luta dos sem-teto, fossem também entregues a pessoas que estiveram fora do combate.

Com essa medida, o governo pretendia afastar uma parcela dos lutadores mobilizados e, ao mesmo tempo, fazer um gesto demagógico de assistencialismo, típico da política burguesa.

O movimento defende moradia para todos os trabalhadores e exige que o governo assuma a responsabilidade financeira das construções. Porém, tem por princípio mobilizar os oprimidos contra a opressão capitalista. A existência de milhões de sem-teto no país é a consequência do capitalismo, que superexplora os assalariados, mantém milhões de desempregados e expulsa os camponeses de suas terras. A luta pela moradia por si só não será solucionada no interior do capitalismo. Este cada vez mais destrói as condições elementares de existência das massas. Por isso, o movimento socialista pela moradia é parte da luta geral da classe operária pela destruição do capitalismo.

É assim que o POR se coloca no interior desse movimento popular. As conquistas

que ocorrerão nesse trajeto, a exemplo das construções da Vila Socialista, das terras do Morro do Samba (ainda por se solucionar definitivamente) e do Buraco do Gazuza, são apenas trincheiras de defesa da vida dos explorados e de fortalecimento de novas lutas. Eis porque o movimento rechaça o assistencialismo burguês, que tira os trabalhadores da luta e impede a elevação de sua consciência política de classe.

Comemoração de um ano do movimento do sem-teto do Campanário

Os sem-teto do Campanário fazem parte do movimento socialista pela moradia. No domingo (1/10), foi realizada uma manifestação, na sede da Associação dos Moradores do Campanário, por um ano de existência do movimento.

Inicialmente, foram dados os informes sobre os progressos da negociação com o governo e sobre a pressão exercida na Câmara Municipal de Diadema. A comissão organizadora fez uma severa crítica a pouca participação do Campanário nas atividades massivas do movimento. Também explicou a necessidade de fortalecer a comissão dirigente, sem a qual não é possível avançar a organização e a luta.

Em seguida, foi realizada uma exposição por um militante do Partido Operário Revolucionário sobre as razões da crise social no Brasil e em outras partes do mundo. Foi mostrado que o problema da moradia é parte dessa crise social, que nasce da exploração capitalista e da desintegração desse sistema econômico.

Todos estiveram de acordo que a situação da classe operária vem se agravando. Assinalou-se a onda de desemprego no ABC e no Brasil. Procurou-se explicar que a fome e a miséria não vem do céu e não é nenhum castigo de deus. Pelo contrário, as religiões têm procurado desviar os oprimidos da luta através de falsas explicações. A razão está no regime econômico capitalista que nada mais tem a oferecer senão desemprego e miséria. Mostrou-se a importância da luta direta, da confiança nas próprias forças das massas e a necessidade de construir o Partido Operário Revolucionário.

Depois disso, foi passado o vídeo da desocupação militar da Vila Socialista. Os presentes ficaram muito sensibilizados com a violência policial. No final, um militante do POR rapidamente disse que a única maneira de rebater tal ação é massificar os movimentos e organizá-los muito bem. E que a violência sobre a Vila Socialista e outros movimentos como o de Corumbiara não farão os oprimidos se curvarem. Finalmente, houve uma confraternização.

A importância dos cursos de formação política

Um dos militantes do POR e participante ativo do movimento do sem-teto enfatizou a importância dos cursos de formação política. Explicou que os operários devem compreender o marxismo, que é a política do proletariado. Em sua exposição, se concentrou na idéia de que os trabalhadores necessitam unir a prática com a teoria. Foi marcado assim uma data para organizar o curso de formação marxista para operários no Campanário.

Para participar do curso não é preciso saber ler e escrever. Basta ter vontade de entender de onde vem a exploração, a miséria e o desemprego. Entender para melhor organizar o movimento operário para destruir toda fonte de opressão, que é o capitalismo.



II Congresso da Construção Civil do ABC

O POR participou do II Congresso da Construção Civil com uma tese própria. Uma tese totalmente oposta ao da burocracia reformista (Articulação-PT), que controla o sindicato. Em sua essência a tese defende que a partir das reivindicações mais sentidas, como o salário mínimo vital, emprego etc, a classe operária se levantará contra o governo pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso.

A construção civil é marcada pela brutal exploração e esgotamento físico dos operários. Todas as chagas da superexploração se manifestam nesse setor da economia. No entanto, os sindicatos têm se caracterizado pelo imobilismo e pela colaboração com os escravizadores. Isso mostra que a direção burocrática é corrompida pela política patronal.

A tese do POR se coloca pelo método da ação direta, por levantar as reivindicações dos trabalhadores, convocar as assembléias, organizar os operários nos locais de trabalho e unir a classe operária numa só luta. Coloca a necessidade imperiosa dos trabalhadores de se elevarem através das experiências próprias para a luta antiimperialista e antipatalista.

Um Congresso burocrático

Embora a situação dos operários da construção civil seja a das mais calamitosas, o II Congresso manipulado pelos reformistas da Articulação não foi capaz de aprovar um plano de luta, que partindo das reivindicações básicas do setor colocasse a unidade de toda classe operária contra a ofensiva de desemprego e fome. Mais uma vez se reproduz os congressos festivos e distante dos reais problemas das massas operárias. O Congresso foi aberto por parlamentares petistas. O palavreado dos parlamentares burgueses era tanto que num determinado momento os delegados já nem mais ouviam. O dirigente da mesa, para controlar a situação, pedia paciência aos delegados e prometia logo mais um prêmio, que seria o lanche.

Na distribuição da tese do POR, a burocracia tentou impedi-la com o argumento de que o Congresso era democrático e que bastaria colocar a tese na pasta dos delegados. Está aí a atitude passiva que toda burocracia procura impor sobre os operários. A distribuição mão a mão da tese era uma atitude militante de defesa da mesma.

Nos grupos, as propostas poristas atraíram o interesse de uma parcela de delegados. Dessa forma, algumas propostas foram aprovadas. Entretanto, a burocracia manobrista conseguiu, dada nossa força embrionária, barrá-las, com o argumento de que os companheiros não haviam entendido direito as propostas.

Uma dessas propostas foi a da unificação dos movimentos grevistas. A burocracia foge da cruz como o diabo quando se trata de unir os operários contra os patrões e seu governo. Assim fizeram de tudo para que a proposta não fosse para o plenário, embora este estivesse sob seu controle. O medo da burocracia era de que a proposta de unidade provocasse uma rebeldia de uma parte dos delegados. Assim procurou evitar que as teses do POR fossem debatidas em plenário.

A lição que tiramos desse congresso é que é necessário se fazer um bom trabalho nas bases operárias. E assim constituir uma fração revolucionária, capaz de se tornar dirigente física das lutas e quebrar o poder da burocracia corrompida.

Greve e demissão

Nem bem terminou o Congresso, explodiu uma greve numa obra. Os operários, tendo a frente um militante do POR, exigiram que o sindicato fosse colocado inteiramente a serviço da luta. Como era de se esperar, a burocracia adiou ao máximo a presença do sindicato na obra. Depois argumentou para os trabalhadores que essa atitude se devia às tarefas do Congresso.

O mais grave de tudo é que os burocratas vendidos denunciaram o militante do POR como um dos delegados do Congresso. Ao dizer para os operários, em frente dos patrões, que não vieram devido às tarefas do Congresso, também disseram o nome do militante do POR que lá esteve. No mesmo dia, três demissões foram efetuadas. Entre elas, a do militante do POR. A diferença foi que o engenheiro chamou a parte os outros dois e ofereceu a eles a continuidade no emprego, caso se arrependessem da greve. Um se curvou e foi readmitido e o outro bravamente rechaçou a prepotência patronal. Está aí uma contribuição da burocracia para o patronato.

Outra lição importante de tudo isso é que a militância revolucionária tem de fazer um trabalho clandestino no interior das bases. Tem a tarefa de organizar células escondidas dos patrões, da burocracia e do governo. Células profundamente ligadas aos operários, que as encobrirão e as protegerão com a luta.

Movimento Operário



Os Primeiros Trotskistas do Brasil - VII

Lando continuidade a história do trotskismo no Brasil vamos ver o putsch stalinista e

a brutal repressão que se seguiu.

A Intentona Estalinista

A direção organizou o processo de assalto ao poder, através de elementos postados nos quartéis, a partir dos quais, com o apoio da população, tomariam o país. Para que tudo corresse como o plano, a direção deu ordens expressas para que se aguardasse o sinal do *Comando Revolucionário do Rio*, para que o levante pudesse ser sincronizado em todo o país.

Porém, em 23 de novembro, uma revolta, não programada pelo PCB, iniciou-se no 21º Batalhão de Caçadores, inconformados com o novo regulamento de aposentadoria militar. Os revoltosos assumiram o comando em nome da ANL, recebendo apoio de civis e de ex-membros da *Guarda Civil* recém-dissolvida pelo governo, e controlaram a cidade, obrigando o governador a sair da cidade em busca de reforços. Foi instalado um *Governo Popular Revolucionário*, constituído por: um sapateiro, um estudante e dois funcionários. Os revoltosos expropriaram os fundos da agência local do Banco do Brasil, distribuindo dinheiro à população, declararam os transportes públicos gratuitos. Com relação à população, esta recebeu os acontecimentos como uma grande festa.

No dia 24, a direção do PCB de Recife, ao saber pelo rádio do acontecido em Natal, resolveu antecipar o assalto, com o levante do 29º Batalhão de Caçadores, que contou com o apoio de dezenas de operários. No dia 25, Vargas declarou Estado de Sítio em nível nacional. Naquela noite, a cúpula pecebista (Prestes, Miranda, e Artur) se reuniu para sincronizar o desenvolvimento do movimento. No dia 26, o PCB preparou uma greve operária para dar suporte à quartelada, mas essa não chegou a se concretizar. Neste dia, a rebelião de Recife foi esmagada. No dia 27, no

Rio, o 3º Regimento de Infantaria e a *Escola de Aviação Militar* se rebelaram, mas foram sufocadas em poucas horas, apesar da heróica resistência das tropas rebeldes. Nesse mesmo dia, os membros do *Governo Popular Revolucionário* de Natal tentaram fugir da cidade, que já estava sitiada pelas forças legalistas dos estados vizinhos. Muitos deles foram presos. Em 28 de novembro Natal caiu, as outras unidades com que os conspiradores contavam nem chegaram a se mobilizar.

A repressão que se seguiu ao fracasso da quartelada foi brutal, cerca de 20.000 pessoas foram presas (trotskistas, estalinistas, socialistas, intelectuais, soldados e oficiais "suspeitos", deputados e senadores de esquerda etc), muitos dos quais torturados barbaramente. Houve um total desmantelamento das organizações de esquerda nesse período.

A Repressão ao movimento de 35.

Após o fracasso do golpe putschista tentado pelos estalinistas, os órgãos policiais saíram a campo, detendo qualquer pessoa suspeita de ter apoiado os levantes. A polícia valeu-se de seus velhos arquivos, compilados durante anos de combate ao "perigo vermelho" para por fora de circulação as principais lideranças de esquerda.

A Casa de Detenção do Rio ficou repleta, a tal ponto que foi necessário requisitar o navio "Pedro I" para ser convertido em prisão. Em São Paulo a antiga fábrica de tecidos "Maria Zélia" fora requisitada para o mesmo fim.

Em dezembro foi preso Berger, dirigente da *Internacional Comunista* que veio ao Brasil para orientar o "assalto ao poder", e com ele uma série de documentos reveladores para a repressão. Na queda da casa onde se refugiava Prestes, este consegue escapar, ludibriando a repressão até 5 de março quando finalmente foi detido.

Miranda (Américo Maciel Bonfim), antigo Secretário Geral do PCB, foi preso em janeiro de 1936. Com estas quedas Bangu (Lauro Reginaldo da Rocha) acabou assumindo a direção do Partido, continuando a seguir a linha da queda imediata do governo. Nesta época o Comitê Regional de Pernambuco conclamava a população a derrubar o governo de traição nacional e instalar o "Governo Popular Revolucionário" afirmando que a luta continuava com as guerrilhas dos nossos irmãos do Rio Grande do Norte. Estas, apesar do apoio de setores da população, não conseguiram resistir por muito tempo.

Com a grande onda de repressão na Capital Federal (Rio de Janeiro), o Comitê Central do PCB; composto por Bangu, Martins (Honório de Freitas Guimarães) e Abóbora (Eduardo Ribeiro Xavier); se deslocou para Pernambuco. Em Recife procuraram por Cristiano Cordeiro (fundador

do PCB em 22) que lhes ajudou na organização do partido na região nordeste. Dois meses depois a direção se transfere para a Bahia e Abóbora foi enviado a Moscou para levar um relatório sobre a situação do Partido a Otávio Brandão (outro fundador do PCB que por suas divergências com Prestes e por problemas de saúde fora enviado para a URSS) pedindo-lhe conselhos sobre a política a seguir.

As condições de superlotação das prisões freqüentemente geravam revoltas entre a militância confinada. Um exemplo é a insubordinação no *Maria Zélia*, em 30 de abril, contra as restrições impostas às visitas de familiares e as condições do serviço médico. Mas como as outras, esta foi rapidamente sufocada.

Vargas aprofundou as medidas repressivas ao decretar o *Estado de Guerra* em 21 de março por 90 dias, suspendendo diversas garantias individuais que o próprio Estado de Sítio não ousou mexer, como as imunidades parlamentares. Em 24 de março vários parlamentares da oposição burguesa foram presos, entre eles o senador Chermont e os deputados Domingos Velasco e João Mangabeira.

O PCB seguia uma linha sectária, que era a síntese de três concepções táticas: a) a tática stalinista do "Terceiro Período" (que seria o sucessor de dois outros períodos: o "Primeiro", de ascenso revolucionário, seria o da Revolução Russa; o "Segundo", de descenso revolucionário, seria a fase de prosperidade do capitalismo após a guerra. O Terceiro Período, de novo ascenso revolucionário, seria a fase de derrocada final do capitalismo. Esta foi uma análise esquemática da crise mundial, que levou o estalinismo a considerar que o proletariado estava em plena ofensiva e que a revolução nos países imperialistas era iminente. Ao mesmo tempo, para os países semi-coloniais, como o Brasil, não estava colocada a revolução proletária e sim a democrática-burguesa, "antilatfundária e antiimperialista", sendo esta uma posição programática muito combatida por Trotsky); b) os resquícios da linha golpista pequena-burguesa do prestismo que estava bem infiltrada no partido; c) e a linha capituladora perante a burguesia nacional da Frente Popular (numa frente onde poderiam convergir os elementos liberais da burguesia, e até mesmo os conservadores antifascistas; armava-se da tática de colaboração de classes, em que o proletariado capitula à burguesia nacional dita "progressista" na frente política), que por sua vez era a extensão possível para as duas outras.

Foi na luta contra esta política que Mario Pedrosa e os trotskistas da Liga Comunista Internacionalista conseguiram adeptos para o programa revolucionário e conseguiram organizar o Partido Operário Leninista, do qual falaremos posteriormente

Fora o imperialismo da ex-Iugoslávia!

Autodeterminação para as nacionalidades bósnias!

O governo americano tem agido para fechar um acordo entre as etnias em luta na Bósnia. Depois de bombardeios maciços contra as posições sérvias e da ajuda militar da França e Inglaterra aos croatas para massacrarem os sérvios na Bósnia e na Krajina (Croácia), o imperialismo quer cessar o fogo na região impondo um acordo que submete todas as nações aos ditames norte-americanos e europeus. A proposta de acordo cria o Estado da Bósnia com 3 nacionalidades. O governo seria formado a partir da eleição de um parlamento que teria maioria da aliança muçulmano-croata e minoria sérvia. O poder executivo ficaria nas mãos da aliança muçulmano-croata. O território seria dividido em 51% para a aliança e 49% aos sérvios, que representam um terço da população.

O objetivo do acordo é impor uma submissão político-administrativa dos sérvios aos muçulmanos, mas garantir-lhes uma fração territorial mais favorável. Os sérvios têm o apoio da Rússia, os muçulmanos têm apoio americano e europeu e os

croatas, apoio francês e inglês. Se o acordo for aceito, a parte bósnia da ex-Iugoslávia será repartida na verdade em áreas de influência imperialista. As nacionalidades estarão submetidas umas às outras e todas ao imperialismo.

A defesa da autodeterminação passa pela luta pela expulsão do imperialismo da região e pela derrubada dos restos da burocracia que luta para submeter as outras nacionalidades em parceria com o imperialismo. Essa luta só pode ser travada pelas massas sérvias, croatas e muçulmanas, antiimperialista e anticapitalista, que, se concretizada, conduzirá à revolução proletária e à ditadura do proletariado. Para isso é necessário construir a seção do Partido Mundial da Revolução Socialista, um partido operário revolucionário.

Internacional

Internacionalismo:

Outubro: 78 anos da Revolução Russa

Em 1917, as massas do mais atrasado país da Europa se levantaram para derrubar o poder dos exploradores capitalistas e construir o primeiro governo proletário revolucionário vitorioso da História. Uma série de fatores históricos permitiram que isso acontecesse num país de desenvolvimento capitalista atrasado antes de acontecer num país desenvolvido, como previra Marx. Sem dúvida, o principal deles foi a ação do Partido Bolchevique de Lenin, que conseguiu em poucos anos construir o programa, organizar a vanguarda e mostrar com sua política a incapacidade da burguesia e de todas as variantes reformistas em terminar a guerra e superar a fome e a miséria.

Ao realizar uma obra tão impressionante, sustentando uma revolução num país atrasado e cercado por todos os lados por potências capitalistas que o agrediram militarmente durante anos, o primeiro estado operário da História tornou-se rapidamente referência mundial para os movimentos operários e populares.

O novo partido mundial, a III Internacional, formou-se ao seu redor, assimilando as experiências do partido bolchevique. E formulou uma linha inconfundivelmente marxista, que projetava a revolução proletária para todas as partes do planeta, a partir do internacionalismo proletário.

Infelizmente, a revolução não se concretizou em larga escala pelo planeta. Veio uma onda de derrotas do proletariado, que se iniciou com a derrota da revolução alemã. Para Lenin e Trotsky, a derrota da revolução alemã era um duro golpe contra a revolução russa, porque tratava-se de um país desenvolvido, que tinha

melhores condições de resistir ao cerco capitalista do que a atrasada Rússia. Percebiam os líderes do movimento de Outubro que o socialismo só poderia vir internacionalmente, e que a tendência era a revolução russa ser derrotada se permanecesse isolada.

Não previram que seria possível a degeneração do estado operário e do próprio partido arquiteto da revolução. As pressões externas, o extermínio da vanguarda operária revolucionária pelas guerras e pela perseguição política estalinista, o fortalecimento da burocracia oriunda da classe média e dos partidos reformistas no interior do estado e do partido bolchevique e principalmente o isolamento da Rússia criaram as condições para o processo de restauração capitalista, que começa com Stalin e vai até Gorbachov/Yeltsin.

O combate à burocratização do estado e do partido, iniciado por Lenin e continuado por Trotsky, não foi capaz de deter o reacionarismo estalinista. A dissolução da III Internacional foi o golpe fatal de Stalin contra a revolução russa e internacional. A fragilidade da IV Internacional impediu a construção de partidos internacionalistas que fossem capazes de dirigir revoluções nos diversos países e de fazer a revolução política na então URSS.

O estalinismo conduziu o país à restauração capitalista, hoje em etapa final. O movimento operário internacional sofreu um duro golpe com a restauração capitalista e a destruição da ex-URSS. A burguesia em todo o planeta realiza uma campanha para fazer crer que o socialismo morreu com o estalinismo. O marxismo autêntico, leninista, internacionalista, que se traduz no

trotskismo, não se implantou no movimento operário no mundo todo, exceção da atrasada Bolívia. Por isso não está tirando proveito da quebra do estalinismo, que prova na prática o acerto das posições de Trotsky.

O capitalismo tem mergulhado, a partir dos anos 80, numa crise sem precedentes. Sua estratégia, a política neoliberal, mostrou-se incapaz de resolver a crise em poucos anos. Os regimes políticos entram em crise, espalhando-se até mesmo nos países imperialistas. As massas procuram um caminho para enfrentar a ofensiva imperialista em todas as partes, mas esbarram nas direções reformistas ou francamente pró-burguesas nas organizações de massa. A construção de partidos revolucionários que orientem a luta antiimperialista e anticapitalista em todas as partes torna-se um fator dramático de sobrevivência para os explorados, que são atirados na miséria em massa. O resgate do marxismo coloca-se como tarefa para os grupos que pretendem construir partidos revolucionários. O aprendizado das experiências da Revolução de Outubro e da luta contra a burocratização do primeiro estado operário da História tornam-se imprescindíveis.

Reivindicar a Revolução Russa é defender os princípios que levarão a humanidade a superar a crise histórica que vive, acabar com a exploração de classe e rumar para o fim de toda a opressão. Qualquer corrente que se reivindique do marxismo tem o dever de se reivindicar da Revolução Russa, e de defender suas conquistas. O POR fará o máximo de esforço para chamar a atenção das massas e da vanguarda para as experiências da Revolução Russa.



O POR e os explorados bolivianos enfrentam a repressão governamental e o imperialismo

Publicamos abaixo textos do jornal Masas, do POR boliviano, que destacam a repressão governamental contra estudantes, cocaleros e a militância porista. Publicamos ainda manifestos sobre o 60º aniversário do POR.

Internacional

60º Aniversário do POR: Governo Proíbe Ato Público

A concentração em homenagem ao 60º Aniversário da Fundação do Partido Operário Revolucionário, que seria realizado no dia 24 de agosto último no Cine La Paz: o governo notificou a seus proprietários que este ato estava terminantemente proibido.

Sem dúvida, outros partidos políticos realizam suas atividades sem obstáculos algum.

Já dissemos que o Estado de Sítio é dirigido contra determinados dirigentes sindicais radicalizados e, mais concretamente contra o POR Trotskista, que elabora a luta intransigente contra o governo vende-pátria e esfomeador.

(Extraído de Masas nº 1476 de 05/09/95).

Santa Cruz: Estudantes Desafiaram o Estado de Sítio

Juntamente com a greve de fome iniciada em 18 de agosto, protagonizaram uma ruidosa marcha que conseguiu ingressar na Praça 24 de Setembro, apesar do controle policial.

Imediatamente as autoridades assinaram um convênio comprometendo-se a interceder ante o governo. Se as promessas não forem cumpridas e o governo não reconhecer seus direitos, as mobilizações continuarão. A direção estudantil trabalha em permanente consulta às bases e se fortaleceu enormemente.

(Extraído de Masas nº 1476 de 05/09/95).

Governo Assassino: Um Morto a Mais

Os efetivos repressivos do governo e dos yanques acabam de assassinar a outro camponês, sob a acusação de ser narco-cocalero. As tropas repressivas deixaram vários feridos e detiveram 60 elementos que defendiam suas moradias e seus cocais.

E seguem falando de erradicação voluntária, pacífica e compensada! O famoso zorro disse clinicamente: "haverá erradicação voluntária se não se opuserem os camponeses". Esqueceu de agregar que caso contrário se destruirão os cocais à bala.

(Extraído de Masas nº 1477 de 12/09/95).

O POR na Itália

O Comitê Internacional de Ligação dos Comunistas realizarão atos na Itália no próximo mês de outubro, no qual estará presente o POR Boliviano mostrando grande parte de sua produção impressa. (Extraído de Masas nº 1477 de 12/09/95).

Saudações da Liga Operária Ofensiva (organização sueca)

Estocolmo (Suécia), agosto de 1995
Ao Partido Operário Revolucionário (POR)

A Liga Operária Ofensiva da Suécia comemora o "Histórico nascimento da Direção revolucionária do Proletariado Boliviano, POR".

Mais de meio século de existência no seio da luta de classes, se forjou o marxismo boliviano como uma ferramenta clara e definida da libertação do povo boliviano.

O parteiro da cordilheira andina mostra definitivamente a prática e a experiência de dirigir a futura operação cesária, para dar nascimento à nova sociedade socialista, que padece no ventre capitalista boliviano. As lutas revolucionárias do proletariado boliviano são únicas na América e no resto do mundo, como um exemplo de seu processo revolucionário, depois de Outubro de 1917.

O proletariado boliviano se perfila definitivamente, uma vez mais, como o sepultador de seu cremador. A ditadura do proletariado, síntese inevitável da luta de classes fundamentais, é a finalidade histórica da direção política do proletariado mundial.

Neste agosto histórico, comemoramos também o cavarde assassinato estalinista do grande defensor do marxismo científico Leon Trotsky, no México em agosto de 1940.

O revolucionário de visão clara e segura do processo revolucionário internacional. Seu pensamento dialético marxista de fortalecer a direção política da IV Internacional, é a tarefa que nós os trotskistas suecos, bolivianos e do resto do mundo herdamos.

Saudamos com o punho levantado

Viva o POR boliviano!

Viva Leon Trotsky !

PER - AKE WESTERLUND
Secretário Geral da Liga Operária Ofensiva.
(Extraído de Masas nº 1478 de 19/09/95).

